



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado
Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de CasoCaso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

Conhec. Básicos / Conhec Específicos / Disc-Estudo de Caso
Cargo ou opção D04 - ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESP - CONTABILIDADE
Tipo gabarito 1

001 - D	011 - C	021 - A	031 - D	041 - A	051 - C	061 - D
002 - B	012 - D	022 - A	032 - D	042 - B	052 - C	062 - B
003 - C	013 - B	023 - B	033 - E	043 - C	053 - D	063 - D
004 - E	014 - E	024 - B	034 - B	044 - E	054 - A	064 - C
005 - D	015 - E	025 - C	035 - A	045 - E	055 - E	065 - A
006 - A	016 - C	026 - A	036 - C	046 - D	056 - A	066 - E
007 - C	017 - B	027 - D	037 - B	047 - D	057 - C	067 - B
008 - E	018 - C	028 - E	038 - C	048 - B	058 - A	068 - C
009 - B	019 - E	029 - D	039 - E	049 - E	059 - E	069 - A
010 - A	020 - D	030 - A	040 - D	050 - B	060 - B	070 - A

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o texto abaixo.

Ponto de vista

“Assim é (se lhe parece)” é a tradução em português do título de uma peça do dramaturgo italiano Luigi Pirandello. Sobre este escritor disse o ator Rubens Caribé: “Para ele, não existe uma só verdade, mas diferentes pontos de vista. Não existe um só homem, mas diversas máscaras que vestimos no dia a dia, desde a hora em que acordamos até a hora em que dormimos. Portanto, não existe uma verdade absoluta”.

O título tem sua malícia: a afirmação taxativa (“assim é”) é logo relativizada pela expressão entre parênteses (“se lhe parece”), do que resulta a insinuação de que podemos estar muito enganados quando julgamos conhecer efetivamente alguma coisa. O suposto “fato” pode ser apenas uma “opinião”. A visão de um objeto implica uma perspectiva para ele. Pirandello acredita, de fato, que a chamada “realidade das coisas” é sempre bastante condicionada pelo ponto de vista a partir do qual vemos o mundo. E vai ainda mais longe: mesmo dentro de cada um de nós, nenhum olhar se consolida para sempre, uma vez que nossos diferentes interesses podem mudar nossa visão de um mesmo objeto. Nossa identidade de indivíduos não é sólida como pode parecer: precisamos, ao longo da vida, de máscaras que encobrem nossas reais necessidades. Viria daí, em boa parte, o prestígio do teatro: vemos encenadas no palco, como expressão de um “fingimento” artístico trabalhado por atores, nossas emoções secretas, nossos desejos encobertos... e verdadeiros.

Uma discussão de verdade, na qual os interessados pretendam refletir e argumentar, deve sempre levar em conta esse relativismo do “parece que é”. Aceitar que nossa visão pode estar sendo prejudicada pelo interesse de ver o que nos convém é o primeiro passo para aceitar a possibilidade de nosso contendor estar certo. A flexibilidade dos diferentes pontos de vista torna qualquer “verdade” mais complexa do que aparenta, e melhor faríamos se atentássemos antes para o que está implicado em nossa visão do que para o fato consumado em que transformamos o que está sob nossa vista. É o melhor modo de nos aproximarmos do que somos, em vez de nos contentarmos com o que parecemos ser.

(SOUZA, Petrônio. Juvenal de, *inédito*)

1. O título da peça de Luigi Pirandello *“Assim é (se lhe parece)”* já traz em si mesmo uma convicção do autor: a de que
 - (A) uma verdade só se torna absoluta quando sua aparência tem força suficiente para nos convencer dessa sua qualidade.
 - (B) as coisas que parecem ser verdadeiras, por causa de seu aspecto, são de fato absolutamente falsas.
 - (C) desconfiamos de que as coisas verdadeiras sejam falsas tão somente quando não apreciamos o seu aspecto.
 - (D) a visão que temos das coisas faz-nos acreditar que a verdade delas corresponde inteiramente ao que aparentam.
 - (E) falseamos a aparência das coisas quando queremos convencer o próximo de que elas sejam verdadeiras.

2. O ator Rubens Caribé (1^o parágrafo) considera que, para Luigi Pirandello,
 - (A) a forte personalidade de cada um garante que todas as verdades que a pessoa defenda exprimem sua individualidade básica.
 - (B) cada um de nós expressa cotidianamente uma série diversificada de verdades, implicadas numa contínua mudança de perspectivas.
 - (C) as máscaras de que se valem alguns para falsificar suas opiniões fazem delas verdades absolutas.
 - (D) uma verdade absoluta só pode existir quando alguém abandona a máscara e se vale de uma perspectiva mais pessoal.
 - (E) a liberdade de que desfrutamos para elaborar nossas máscaras é a garantia de que todas são igualmente verdadeiras.

3. Costumamos aceitar o *prestígio do teatro* (2^o parágrafo) porque, na atividade teatral,
 - (A) ocultam-se de todos as nossas emoções mais graves, disfarçadas pelas máscaras que agem no palco.
 - (B) o fingimento artístico permite-nos aceitar a exposição de todos os nossos defeitos como se fossem altas virtudes.
 - (C) a representação artística permite-nos reconhecer a verdade de nossos sentimentos mais ocultos.
 - (D) os desejos encobertos não são exatamente os nossos, mas sobretudo os dos atores que os representam.
 - (E) nossas emoções secretas, por serem representadas com fingimento, não são de fato reveladas em sua essência.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) a afirmação taxativa [...] é logo relativizada (2^o parágrafo) // a assertiva incontestada é imediatamente impugnada
 - (B) do que resulta a insinuação (2^o parágrafo) // de onde provém a evidência
 - (C) implica uma perspectiva (2^o parágrafo) // atesta uma hipótese
 - (D) levar em conta esse relativismo (3^o parágrafo) // debitar a essa hesitação
 - (E) flexibilidade dos diferentes pontos de vista (3^o parágrafo) // maleabilidade das diversas perspectivas



5. *Uma discussão de verdade, na qual os interessados pretendam refletir e argumentar, deve sempre levar em conta esse relativismo. (3º parágrafo)*

Uma nova redação da frase acima considera a adequada articulação entre tempos e modos verbais substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) pretendessem refletir e argumentar – deva sempre levar
(B) pretendiam refletir e argumentar – devesse sempre levar
(C) refletissem e argumentassem – tinha levado sempre
(D) houvessem pretendido refletir e argumentar – deveria ter levado sempre
(E) reflitam e argumentem – teria levado sempre

6. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário:

- (A) Embora imaginemos conhecer a sólida verdade de cada coisa, o fato é que esse nosso conhecimento se relativiza por estar preso a uma única perspectiva.
(B) Não fossem por outras razões, acredita-se que as máscaras da personalidade visam a proteção das verdades que em nossa atuação cotidiana se oculta.
(C) Como acredita Pirandello, não existem fatos se não opiniões, razão pela qual se destitue todo conhecimento de uma verdade absoluta ou mesmo incontestável.
(D) Ao sermos adeptos do relativismo, passa-se a considerar que a verdade relativa das coisas atribue a mais alguém a possibilidade de estarem com a razão.
(E) Ao passo que nos imaginamos como seres íntegros, a verdade é que nos dividimos em máscaras, a cujo poder não nos conseguimos nunca libertar.

7. Respeitam-se as normas de concordância nessa adequada transposição de uma forma verbal ativa para uma forma verbal passiva:

- (A) Da visão de um objeto participam perspectivas = As perspectivas têm participação na visão de um objeto.
(B) O livro teria traduções em várias línguas = Em várias línguas haveriam traduções do livro.
(C) É bom prestigiar encenações teatrais = É bom que se prestigiem encenações teatrais.
(D) Sua visão não corresponde aos fatos = Os fatos não são correspondidos em sua visão.
(E) Muitas verdades expressa uma máscara = Expressa-se numa máscara muitas verdades.

8. Os termos sublinhados são exemplos de uma mesma função sintática na oração:

- (A) O título vale-se da malícia de levantar uma suspeita no leitor.
(B) Há fatos supostos que são apenas opiniões.
(C) As verdades são mais complexas do que sua aparência.
(D) Nosso ponto de vista condiciona nossa opinião.
(E) Cumprem as máscaras um papel que nós lhes delegamos.

Atenção: As questões de números 9 a 11 referem-se ao texto abaixo, onde o filósofo francês Voltaire (1694-1778) reflete sobre a aplicação de penas pela justiça, considerando os valores daquela época.

Ouso convidar-vos, senhores, a buscar para os cidadãos aquilo que Luís XVI encontrou para os soldados. Pergunto-vos se não seria possível diminuir o número de delitos tornando os castigos mais vergonhosos e menos cruéis. Não observais que os países onde a rotina da lei ostenta os mais horrendos espetáculos são aqueles onde os crimes se multiplicam? Não estais convencidos de que o amor à honra e o temor à vergonha são melhores moralistas que os carrascos? Os países onde a virtude é premiada não serão mais bem policiados que aqueles onde não se faz outra coisa senão procurar pretextos para derramar o sangue e herdar os bens dos condenados?

(Voltaire, **O preço da justiça**. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2001, p. 105-106)

9. A proposta de Voltaire baseia-se na convicção de que

- (A) a severidade de uma pena cruel deve ser diretamente proporcional à crueldade de quem cometeu algum terrível delito.
(B) uma punição que faz o condenado envergonhar-se costuma ser mais eficaz do que a imposta por meio de castigos físicos.
(C) tanto uma pena moral como uma pena física são improdutivas quando o réu já perdeu a honra.
(D) os soldados de Luís XVI, ao sofrerem cruel punição, servem de exemplo positivo para os cidadãos comuns.
(E) a crueldade maior de uma pena ocorre quando quem a aplica o faz de modo a acusar em si mesmo a perda da honradez.



10. Voltaire lembra aos seus leitores que
- (A) os crimes só fazem aumentar onde a punição cruel torna-se rotina jurídica.
 - (B) inexistente relação entre o sentimento de honra e a eficácia de uma pena.
 - (C) os carrascos moralistas costumam encarregar-se das penas mais cruéis.
 - (D) a prática de virtudes ocorre mais onde os hábitos sociais são menos policiados.
 - (E) o sangue do condenado não deve converter-se em exemplo para os seus herdeiros.
-
11. Transpondo coerentemente para o discurso indireto o início do texto, obtém-se a seguinte formulação: **Voltaire ousou convidar-nos**
- (A) para que levássemos os cidadãos a buscarem aquilo que Luís XVI encontrou para os soldados.
 - (B) para que aquilo que Luís XVI vier a encontrar nos soldados fosse buscado entre os cidadãos.
 - (C) a que buscássemos para os cidadãos aquilo que Luís XVI já encontrara para os soldados.
 - (D) a que encontrássemos para os cidadãos o que Luís XVI já buscara para seus soldados.
 - (E) para que viéssemos a encontrar nos cidadãos o que Luís XVI buscara para os seus soldados.
-
12. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período.
- (A) Tendo em vista, uma melhor distribuição da justiça, Voltaire considera rever critérios de punição baseado na ideia de que, o sentimento da honra, quando esta é ofendida torna-se mais intenso, do que a sensação provocada pelo castigo físico.
 - (B) Tendo em vista uma melhor distribuição da justiça, Voltaire considera rever critérios de punição, baseado na ideia de que, o sentimento da honra quando esta é ofendida, torna-se mais intenso do que a sensação, provocada pelo castigo físico.
 - (C) Tendo em vista uma melhor distribuição da justiça, Voltaire considera: rever critérios de punição baseado na ideia de que o sentimento da honra, quando esta é ofendida torna-se mais intenso, do que a sensação provocada pelo castigo físico.
 - (D) Tendo em vista uma melhor distribuição da justiça, Voltaire considera rever critérios de punição, baseado na ideia de que o sentimento da honra, quando esta é ofendida, torna-se mais intenso do que a sensação provocada pelo castigo físico.
 - (E) Tendo em vista, uma melhor distribuição da justiça, Voltaire considera rever critérios de punição baseado na ideia, de que o sentimento da honra, quando esta é ofendida, torna-se mais intenso, do que a sensação provocada pelo castigo físico.

Atenção: As questões de números 13 a 16 referem-se ao texto abaixo.

Do autor para o leitor

Quando falo de pessoa a pessoa, quer dizer, da pessoa-autor que sou à pessoa-leitor que o leitor é, tudo o que faço é depositar nele a inquietação para definir as mudanças que ele imagine necessárias. Porque não estou nada seguro de que estejamos, leitor e autor, de acordo. Escrevo para compreender, e desejaria que o leitor fizesse o mesmo, que lesse para compreender. Compreender o quê? Não para compreender algo na linha em que estou pensando. Ele tem os seus próprios motivos e razões para compreender algo, mas esse algo é ele que determina. Quando alguém está em uma leitura e levanta o olhar como se estivesse a aprender, mostra que está envolvido com o que alguém escreveu: "Isto é meu, isto tem a ver comigo."

(SARAMAGO, José. **As palavras de Saramago**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 327)

13. Infere-se da leitura do texto que José Saramago acredita que entre o autor e o leitor
- (A) deve haver, sempre que possível, uma identificação plena de ambos quanto às ideias defendidas no texto.
 - (B) as possíveis diferenças de perspectiva não eliminam a possibilidade de partilharem uma mesma questão.
 - (C) diferentes expectativas impedem que ambos possam se interessar pela abordagem de um tema comum.
 - (D) ocorre, de modo praticamente invariável, uma relação de espelhamento fiel, por conta da força das palavras do escritor.
 - (E) há um pacto mais intenso quando a leitura se faz presa ao texto do que quando se suspende em alguma reflexão.
-
14. No **primeiro período** do texto,
- (A) a oração *para definir as mudanças* exprime uma **consequência**.
 - (B) a oração *que ele imagine necessárias* exerce a função de **sujeito** da oração anterior.
 - (C) o termo *inquietação* é **complemento nominal** de *nele*.
 - (D) a última oração exprime uma **finalidade**.
 - (E) o termo **à pessoa-leitor** é um complemento verbal.
-
15. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Se lhes convirem, autor e leitor podem compartilhar uma mesma opinião.
 - (B) O valor a que se atribui um leitor a um autor pode não ser o mais justo.
 - (C) O motivo por onde pode haver identificação entre autor e leitor nem sempre é claro.
 - (D) Caso se dispusessem de ter mais tolerância, autor e leitor concordariam com isso.
 - (E) Propusera-se ele a ponderar melhor sobre as opiniões daquele autor.



16. Considere as seguintes orações:

- I. Saramago aborda a relação entre autor e escritor.
- II. A relação entre autor e escritor pode ser problemática.
- III. Autor e escritor podem ter opiniões bastante distintas.

As afirmações acima articulam-se com clareza, coerência e correção no período:

- (A) Ainda quando seja problemática para Saramago, a relação entre autor e escritor haveriam de expressar opiniões bem distintas.
- (B) Ao abordar a relação entre autor e escritor, cujos podem emitir opiniões diversas, Saramago considera que a mesma pode ser problemática.
- (C) Para Saramago, a relação entre autor e escritor, cujas opiniões podem ser bastante distintas, é possivelmente problemática.
- (D) Assim como podem haver opiniões distintas, a relação entre autor e escritor será problemática na medida que Saramago a aborda.
- (E) As opiniões distintas entre autor e escritor, tal como Saramago as aborda, não deixa de ser igualmente uma relação problemática.

Noções sobre Direito das Pessoas com Deficiência

17. Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, deve-se assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. Trata-se de dever do Estado,

- (A) apenas.
- (B) da família, da comunidade escolar e da sociedade.
- (C) da família e da sociedade, apenas.
- (D) da família e da comunidade escolar, apenas.
- (E) da sociedade e da comunidade escolar, apenas.

18. Considere:

- I. Disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação.
- II. Dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, independentemente de prévia solicitação, sendo necessária, no entanto, a comprovação da necessidade.
- III. Adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas, dentre outras, as medidas corretas descritas em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II e III, apenas.

19. Joaquim, de 30 anos de idade, é pessoa com deficiência, em situação de dependência, não dispondo de condições de autossustentabilidade e com vínculo familiar fragilizado. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, Joaquim

- (A) não tem direito à moradia prestada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tendo em vista o fator impeditivo de sua faixa etária.
- (B) tem direito à moradia a ser prestada no âmbito do Sistema Único de Previdência Social.
- (C) tem direito apenas à proteção na modalidade moradia para a vida independente.
- (D) não tem direito à moradia prestada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tendo em vista que o seu vínculo familiar está apenas fragilizado, ou seja, não foi rompido.
- (E) tem direito à proteção integral na modalidade de residência inclusiva.

20. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência é

- (A) vedada, salvo se não houver, comprovadamente, recursos para a acessibilidade em questão.
- (B) admitida, tão somente para a proteção dos direitos de propriedade intelectual.
- (C) sempre admitida, tendo em vista os direitos inerentes à obra e ao artista.
- (D) vedada, sob qualquer argumento.
- (E) admitida em apenas duas hipóteses: para a proteção dos direitos de propriedade intelectual e se não houver recursos necessários à acessibilidade.



21. Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, os veículos de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, as instalações, as estações, os portos e os terminais em operação no País devem ser acessíveis, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas. A propósito do tema, considere:
- I. Os veículos e as estruturas de que trata o enunciado devem dispor de sistema de comunicação acessível, destinado apenas a disponibilizar informações sobre os pontos principais do itinerário.
 - II. São asseguradas à pessoa com deficiência, prioridade e segurança nos procedimentos de embarque e de desembarque nos veículos de transporte coletivo, de acordo com as normas técnicas.
 - III. Para colocação do símbolo internacional de acesso nos veículos, as empresas de transporte coletivo de passageiros dependem da certificação de acessibilidade emitida pelo gestor público responsável pela prestação do serviço.
- A propósito do tema, está correto o que consta em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, apenas.
 - (E) I, apenas.

22. Robson apresenta perda auditiva bilateral, parcial, de quarenta e cinco decibéis (dB), aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz. Já Reinaldo possui acuidade visual inferior a 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Nos termos do Decreto nº 5.296/2004, Robson
- (A) apresenta deficiência auditiva e Reinaldo apresenta deficiência visual, qual seja, cegueira.
 - (B) apresenta deficiência auditiva e Reinaldo apresenta deficiência visual, qual seja, baixa visão.
 - (C) e Reinaldo não são considerados pessoas com deficiência.
 - (D) não apresenta deficiência auditiva e Reinaldo apresenta deficiência visual, qual seja, baixa visão.
 - (E) não apresenta deficiência auditiva e Reinaldo apresenta deficiência visual, qual seja, cegueira.

23. Gilberto, de 16 anos, é pessoa com deficiência. Gilberto procurou determinada escola particular para a realização de matrícula, e, para sua surpresa, foi cobrado montante adicional pela funcionária Josefa, em razão de sua deficiência, para que pudesse, assim, ingressar no citado estabelecimento de ensino. Nos termos da Lei nº 7.853/1989, o ato de Josefa
- (A) não constitui crime, embora esteja Josefa sujeita às cominações na seara cível.
 - (B) constitui crime punível com pena de reclusão e multa, pena esta agravada em 1/3.
 - (C) constitui crime punível com pena de reclusão e multa, sem agravamento da pena.
 - (D) constitui crime punível com pena de detenção, inexistindo multa nessa hipótese.
 - (E) constitui crime punível com pena de detenção e multa, pena esta agravada em 1/3.

Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho

24. Os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho – TST,
- (A) totalizam 25 na composição do Tribunal.
 - (B) são aprovados pelo Senado Federal.
 - (C) devem possuir mais de 30 anos e menos de 65 anos.
 - (D) são nomeados pelo Presidente do Tribunal.
 - (E) devem possuir mais de 30 anos e menos de 60 anos.
25. A antiguidade dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho – TST, para efeitos legais e regimentais, é regulada por determinados critérios previamente previstos no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho de forma sucessiva. Neste caso, quando houver empate nestes critérios estipulados sucessivamente, o critério de desempate será
- (A) o tempo de investidura na Magistratura da Justiça do Trabalho.
 - (B) a data da nomeação.
 - (C) a idade.
 - (D) o tempo de serviço público federal.
 - (E) o tempo de serviço público.



26. Prevê o Regimento Interno que “*cabereá ação rescisória dos acórdãos prolatados pelo Tribunal, no prazo e nas hipóteses previstas na legislação processual aplicável, observadas, para o julgamento, as regras alusivas à competência dos Órgãos judicantes da Corte*”. A ação rescisória
- (A) está sujeita ao depósito prévio equivalente a vinte por cento do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.
 - (B) não está sujeita ao depósito prévio por expressa determinação legal e observância dos princípios regimentais.
 - (C) está sujeita ao depósito prévio equivalente a quinze por cento do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.
 - (D) está sujeita ao depósito prévio equivalente a dois salários mínimos federais vigentes na época da sua distribuição, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.
 - (E) somente está sujeita ao depósito prévio se o processo a ser rescindido tratar-se de dissídio coletivo.

27. Com relação à substituição de Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, considere:

- I. Nas ausências temporárias, por período superior a trinta dias, e nos afastamentos definitivos, os Ministros serão substituídos por Desembargador do Trabalho, escolhido pelo Órgão Especial, mediante escrutínio secreto e pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.
- II. O Desembargador do Trabalho convocado para substituir Ministro do Tribunal Superior do Trabalho atuará acumulando as funções, e não de forma exclusiva em Turma da Corte.
- III. Excepcionalmente, poderá o Tribunal Superior do Trabalho convocar Desembargadores do Trabalho para atuarem, temporariamente, em suas Turmas.
- IV. O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho poderá, em caso de urgência, e quando inviável a imediata reunião do Órgão Especial, *ad referendum* deste, convocar Desembargador do Trabalho, para a substituição de Ministro afastado.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e III.

28. De acordo com o regimento interno do TST, “*o Ministro que, por dois anos consecutivos, afastar-se, ao todo, por seis meses ou mais, para tratamento de saúde, ao requerer nova licença para igual fim, dentro de dois anos, deverá submeter-se a exame por junta médica para verificação de invalidez, na Coordenadoria de Saúde do Tribunal*”. Neste caso, a junta médica competente para esse exame será indicada pelo

- (A) Órgão Especial e formada por quatro médicos, dos quais um, no mínimo, integre o Quadro de Pessoal do Tribunal.
- (B) Órgão Especial e formada por cinco médicos, dos quais três, no mínimo, integrem o Quadro de Pessoal do Tribunal.
- (C) Tribunal Pleno e formada por cinco médicos, dos quais três, no mínimo, integrem o Quadro de Pessoal do Tribunal.
- (D) Tribunal Pleno e formada por três médicos, dos quais dois, no mínimo, integrem o Quadro de Pessoal do Tribunal.
- (E) Órgão Especial e formada por três médicos, dos quais dois, no mínimo, integrem o Quadro de Pessoal do Tribunal.

29. Com relação à distribuição dos processos no Tribunal Superior do Trabalho,

- (A) o Ministro recém-empossado receberá os processos vinculados à cadeia que ocupará, exceto agravos regimentais e embargos de declaração.
- (B) não haverá distribuição de processos aos Ministros nos cento e oitenta dias que antecederem a jubilação compulsória, nem a partir da data da apresentação do pedido de aposentadoria ao Órgão Especial.
- (C) no período correspondente às férias dos Ministros, não haverá distribuição de processos, inclusive de dissídio coletivo e mandado de segurança.
- (D) os processos de competência do referido Tribunal serão distribuídos por classe, observada a competência e composição dos órgãos judicantes, assim como a ordem cronológica do seu ingresso na Corte, concorrendo ao sorteio todos os Ministros, excetuados os membros da direção.
- (E) na composição do saldo total de processos que caberá ao Ministro recém-empossado, observar-se-á, sempre que possível, a proporção de 2/3 de recurso de revista e 1/3 de Agravo de Instrumento.

30. Aprovar e emendar o Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e julgar os Incidentes de Uniformização de Jurisprudência são atos de competência do

- (A) Tribunal Pleno.
- (B) Órgão Especial.
- (C) Tribunal Pleno e do Órgão Especial, respectivamente.
- (D) Órgão Especial e do Tribunal Pleno, respectivamente.
- (E) Órgão Especial e do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, respectivamente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

31. A invalidação de um contrato administrativo pode acarretar distintas consequências em relação às partes da relação jurídica, tais como
- (A) dever da Administração pública indenizar o contratado por investimentos feitos e lucros cessantes sempre que houver invalidação contratual.
 - (B) impossibilidade de indenização do contratado quando este der causa ou concorrer com a Administração pública para a invalidação do contrato.
 - (C) a obrigatoriedade da reversibilidade fática e financeira dos efeitos do contrato, independentemente de seu objeto.
 - (D) a impossibilidade de indenização do contratado nos casos em que este agir com má-fé e der causa à invalidação do instrumento, ressalvada remuneração pelos serviços já executados.
 - (E) dever de indenização do contratado, sob pena de enriquecimento ilícito, independentemente da natureza do objeto e da reversibilidade dos efeitos gerados pelo contrato.
-
32. Em uma determinada diligência, um oficial de justiça certificou fatos inverídicos, atestando não ter localizado, para citação, os réus de uma determinada ação. Posteriormente o Ministério Público apurou que referido servidor público recebeu vantagem em pecúnia para essa conduta, que foi repetida pelo menos duas vezes, retardando o trâmite do processo. Em razão disso
- (A) o Ministério Público pode propor ação de improbidade por ato que gera prejuízo ao erário, sendo necessário comprovar a ocorrência de dolo, mas ficando o prejuízo causado presumido pelo descumprimento do dever de ofício.
 - (B) o servidor pode responder por ação de improbidade por violar princípios que regem a Administração pública, independentemente de dolo, podendo lhe ser imputada multa e a obrigação de restituição dos valores recebidos indevidamente.
 - (C) a conduta do servidor público pode configurar infração disciplinar punível com suspensão, mas não configura ato de improbidade em razão dos prejuízos ficarem circunscritos às partes do processo, não atingindo o erário público.
 - (D) o Ministério público pode ajuizar ação de improbidade por ato que gera enriquecimento ilícito, estando demonstrado o dolo, requisito subjetivo de configuração dessa modalidade de ato ímprobo.
 - (E) a conduta do servidor incidirá na modalidade de ato de improbidade cujos requisitos se mostrarem mais predominantes em relação aos fatos, a exemplo da relevância da vantagem econômica recebida culposa ou dolosamente, que configura o tipo que gera enriquecimento ilícito.
-
33. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o ingresso no serviço público dá-se mediante concurso público e a investidura no cargo público ocorre com a posse. Dessa forma, considerando as formas de provimento de cargo público, a posse
- (A) é requisito essencial para todas as formas de provimento de cargo público.
 - (B) deve se dar imediatamente após a publicação do ato de provimento no cargo público, sob pena de ser considerada desistência.
 - (C) deve ocorrer no prazo de 5 dias úteis contados da publicação do ato de provimento, sob pena de revogação do ato de provimento no cargo público.
 - (D) será sucedida de inspeção médica que, se não for favorável, ocasionará a anulação do ato de provimento.
 - (E) só tem lugar quando o provimento se dá por meio de nomeação.
-
34. No que se refere aos atos administrativos vinculados e discricionários, a motivação dos atos administrativos é inafastável
- (A) nos atos vinculados, a fim de que se verifique as razões de mérito do administrador para a edição e se há fundamento na legislação aplicável ao caso.
 - (B) nos atos administrativos discricionários, para que possa ser demonstrada a existência do motivo que justifica a edição do ato, bem como sua legalidade.
 - (C) tanto nos atos vinculados quanto nos atos discricionários, para que se verifique se os motivos de conveniência e oportunidade são aderentes ao que está prescrito na lei.
 - (D) nos atos discricionários, para que se verifique se os pressupostos fáticos preenchem os requisitos legais específicos que determinam a edição daqueles.
 - (E) nos atos discricionários, para que possa ser identificado o mérito do ato, possibilitando o controle de legalidade sobre os mesmos e, em consequência, eventual hipótese de revogação do mesmo.



35. O procedimento de licitação regido pela Lei nº 8.666/1993 depende do preenchimento de requisitos formais para sua instauração, processamento e conclusão. No processo administrativo no qual tramita o procedimento de licitação devem estar formalizadas as providências e exigências legais obrigatórias, tais como,
- (A) para a abertura da licitação, breve descrição do objeto da contratação, com motivação para tanto e indicação dos recursos para fazer frente à despesa pretendida.
- (B) previamente à abertura, comprovação de que não se trata de hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação, analisando os dispositivos legais individualmente.
- (C) antes ou durante a publicação do edital, comprovação da existência de recursos orçamentários e financeiros no exercício da abertura do procedimento para fazer frente à integralidade da despesa do contrato, ainda que a execução atinja exercícios futuros.
- (D) aprovação do edital pelo Tribunal de Contas antes da efetiva publicação do certame para o mercado quando se inicia o prazo para apresentação das propostas, a fim de que possa ser analisada a legalidade do mesmo.
- (E) análise das minutas de edital e contrato pela assessoria jurídica da Administração pública após a publicação do certame, possibilitando que o prazo de propostas possa transcorrer em paralelo ao controle interno, como medida de economia processual.
-
36. De acordo com a Lei nº 10.520/2002, o licitante que realizar a oferta mais baixa no procedimento de leilão poderá disputar com os licitantes que tiverem oferecido valor até 10% superior, de forma a que aqueles e estes ofertem novos lances verbais e sucessivos. Para além dessa hipótese, a disputa entre licitantes também poderá ocorrer
- (A) se houver prévia definição dessa possibilidade no edital de pregão publicado.
- (B) diante da desclassificação do licitante vencedor, quando há o retorno para a fase de propostas, para redefinição da nova oferta vencedora.
- (C) quando não houver, no mínimo, 3 propostas na situação descrita na questão, os licitantes que tiverem oferecido as melhores propostas, até o número de 3, serão chamados a oferecer novos lances, sucessivamente, até definição do vencedor.
- (D) no caso de não existirem licitantes na situação narrada, poderão concorrer entre si todos os licitantes que apresentem propostas que não representem diferença superior a 10% entre si.
- (E) se existirem apenas 4 licitantes, participando todos, para que não seja apenas um o excluído da possibilidade de apresentação de novos lances.

Contabilidade Geral

37. O Balanço Patrimonial da empresa Petróleos Profundos S.A. apresentava, em 31/12/2014, a conta de registro de provisões com o saldo de R\$ 800.000,00 e a seguinte composição:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2014 (em R\$)
Trabalhista	300.000,00
Tributário	400.000,00
Ambiental	100.000,00

Em 2015, uma decisão judicial fez com que o valor correspondente ao processo trabalhista fosse revisado para R\$ 400.000,00. Um novo processo cível foi movido contra a empresa no mesmo ano e, no final de 2015, foram reavaliadas também as situações dos demais processos. As seguintes informações estavam disponíveis em 31/12/2015:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado de perda em 31/12/2015 (em R\$)
Trabalhista	Provável	400.000,00
Tributário	Possível	350.000,00
Ambiental	Provável	150.000,00
Cível	Possível	80.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2015 da empresa Petróleos Profundos S.A., relacionado às provisões apresentadas foi, em reais,

- (A) redução de 180.000,00.
- (B) aumento de 250.000,00.
- (C) redução de 200.000,00.
- (D) redução de 280.000,00.
- (E) aumento de 170.000,00.



38. Uma empresa adquiriu à vista, em 30/11/2016, mercadorias pelo valor total de R\$ 10.000.000,00, sendo que neste valor estavam incluídos os seguintes impostos:

- R\$ 1.000.000,00 de impostos não recuperáveis.
- R\$ 1.200.000,00 de impostos que são compensados com os impostos incidentes no momento da venda das mercadorias.

No mês de dezembro de 2016 a empresa vendeu 80% das mercadorias que foram adquiridas em 30/11/2016 pelo valor bruto de R\$ 9.400.000,00, sendo que os impostos incidentes sobre estas vendas totalizaram R\$ 940.000,00. O valor das despesas com frete para a entrega das vendas efetuadas foi R\$ 60.000,00. Sabendo-se que não havia saldo de estoque de mercadorias antes da compra de 30/11/2016, o Resultado Bruto com Mercadorias apurado pela empresa no ano de 2016, exclusivamente relacionado com as vendas aqui apresentadas, foi, em reais,

- (A) 1.360.000,00.
- (B) 2.220.000,00.
- (C) 1.420.000,00.
- (D) 2.360.000,00.
- (E) 3.160.000,00.

39. A empresa Só Rodovias S.A. ganhou a concessão para administrar uma rodovia federal e pagou pelo direito de exploração da atividade o valor de R\$ 90.000.000,00. O prazo da concessão é 30 anos e, no final do prazo do contrato, o governo reassume a administração da rodovia. A concessão iniciou-se em 01/01/2015 e no final de 2016 a Só Rodovias S.A. identificou que o valor em uso da concessão havia sofrido uma grande redução, pois a quantidade de usuários da rodovia estava bem abaixo do que havia sido projetado quando a concessão foi adquirida. Em 31/12/2016 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) e o valor em uso calculado para a concessão foi R\$75.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2016 a empresa deveria

- (A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 3.000.000,00, apenas.
- (B) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 3.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 12.000.000,00.
- (C) não reconhecer nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.
- (D) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 15.000.000,00, apenas.
- (E) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 3.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 9.000.000,00.

40. Uma máquina foi adquirida em 30/06/2013 pelo valor de R\$ 17.700.000,00, o qual foi pago após 18 meses da data da aquisição. A taxa de juros implícita na compra foi 0,924% ao mês que corresponde a 18% no prazo concedido pelo vendedor da máquina. A empresa definiu a vida útil da máquina em 10 anos de utilização e calcula a despesa de depreciação em função do tempo decorrido. No início do prazo de utilização da máquina a empresa identificou que o valor residual estimado para sua venda no final da vida útil seria R\$ 3.000.000,00. No início do ano de 2016 a empresa identificou que o valor residual no final da vida útil foi reduzido para R\$ 1.500.000,00. Sabendo-se que não houve necessidade de redução do valor contábil da máquina e que a vida útil da mesma para fins fiscais é definida em 8 anos, o valor contábil evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para esta máquina foi, em reais,

- (A) 9.750.000,00.
- (B) 12.555.000,00.
- (C) 12.355.000,00.
- (D) 10.600.000,00.
- (E) 8.437.500,00.

41. Um empréstimo no valor de R\$ 5.000.000,00 foi obtido à taxa de juros compostos de 1,4% ao mês para ser liquidado em uma única parcela no final de 15 meses. A data de obtenção do empréstimo foi 01/12/2016 e nesta mesma data a empresa pagou despesas relacionadas com o contrato (custos de transação) no valor de R\$ 300.000,00. Sabendo-se que a taxa de custo efetivo da operação era 1,82% ao mês, o valor evidenciado na demonstração do resultado de 2016, correspondente exclusivamente ao empréstimo obtido foi, em reais,

- (A) 85.540,00.
- (B) 91.000,00.
- (C) 70.000,00.
- (D) 65.800,00.
- (E) 370.000,00.



42. Em 31/01/2016, o valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa Refrigerantes Adocicados S.A. era R\$ 90.000.000,00. Nesta data, a empresa Todas Bebidas S.A. adquiriu 70% das ações com direito a voto da Refrigerantes Adocicados S.A. e passou a controlá-la. O preço pago pela aquisição foi R\$ 65.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Refrigerantes Adocicados S.A. era, nesta mesma data, R\$ 100.000.000,00. A diferença entre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e o Patrimônio Líquido registrado da empresa Refrigerantes Adocicados S.A. é decorrente da avaliação a valor justo de um terreno registrado no Balanço Patrimonial da empresa.

Sabendo-se que no ano de 2016 a empresa Refrigerantes Adocicados S.A. apurou lucro líquido de R\$ 10.000.000,00, o efeito total evidenciado no resultado de 2016 da empresa Todas Bebidas S.A., decorrente exclusivamente da aquisição da participação societária foi, em reais,

- (A) 7.000.000,00.
 (B) 12.000.000,00.
 (C) 14.000.000,00.
 (D) 5.000.000,00.
 (E) 11.900.000,00.

43. A conta Aplicações Financeiras apresentava a seguinte composição no Balanço Patrimonial de uma empresa, publicado em 31/12/2015:

Títulos mantidos até o vencimento.....	100.000,00
Títulos destinados para venda imediata	
Valor do custo amortizado	80.000,00
Ajuste a valor justo.....	<u>5.000,00</u>
Valor total da conta Aplicações Financeiras	185.000,00

Os títulos mantidos até o vencimento remuneram à taxa de juros de 10% ao ano, enquanto os títulos destinados para venda imediata remuneram à taxa de juros de 8% ao ano. Os valores justos destes títulos, em 31/12/2016, eram os seguintes:

Categoria dos títulos	Valor Justo em 31/12/2016 (em R\$)
Títulos mantido até o vencimento	112.000,00
Títulos destinados para venda imediata	92.000,00

O valor total que afetou o resultado da empresa em 2016, decorrente das duas aplicações foi, em reais,

- (A) 16.800,00.
 (B) 16.400,00.
 (C) 17.000,00.
 (D) 19.000,00.
 (E) 24.000,00.

44. A empresa Enfeites de Natal S.A. realizou, em 31/12/2015, as seguintes vendas de mercadorias:

- Vendas à vista no valor de R\$ 1.500.000,00.
- Vendas a prazo no valor de R\$ 1.650.000,00, para ser recebido em 31/12/2016.

Na data da venda, a taxa de juros que estava sendo praticada pela empresa nas vendas a prazo era 10% ao ano.

A empresa deveria reconhecer, exclusivamente em relação às vendas efetuadas em 31/12/2015, receita de vendas no valor, em R\$, de

- (A) 3.150.000,00 no resultado do ano de 2015.
 (B) 1.500.000,00 no resultado do ano de 2015 e Receita de Vendas no valor de R\$ 1.650.000,00 no resultado do ano de 2016.
 (C) 1.575.000,00 no resultado do ano de 2015 e Receita de Vendas no valor de R\$ 1.575.000,00 no resultado do ano de 2016.
 (D) 1.500.000,00 no resultado do ano de 2015, Receita de Vendas no valor de R\$ 1.500.000,00 no resultado do ano de 2016 e Receita Financeira no valor de R\$ 150.000,00 no resultado do ano de 2016.
 (E) 3.000.000,00 no resultado do ano de 2015 e Receita Financeira no valor de R\$ 150.000,00 no resultado do ano de 2016.



45. A Demonstração do Resultado do ano de 2015 da empresa de ventiladores Bons Ventos S.A. é apresentada abaixo:

Empresa de ventiladores Bons Ventos S.A.	
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2015 a 31/12/2015	
Receitas de Vendas	40.800
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(26.200)</u>
(=) Resultado com Mercadorias	14.600
(-) Despesas Operacionais	
Depreciação	(1.200)
Outras despesas operacionais	(11.800)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>600</u>
(+) Resultado antes dos efeitos financeiros	2.200
(-) Despesas Financeiras	<u>(1.000)</u>
(=) Resultado após os efeitos financeiros	1.200
(=) Outras receitas e despesas não recorrentes	
Lucro na Venda de Terrenos	<u>1.400</u>
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	2.600
(-) Despesa com Imposto de Renda	(780)
(=) Resultado Líquido	1.820

Os saldos de algumas contas constantes dos Balanços Patrimoniais da empresa, em 31/12/2014 e 31/12/2015 são:

Nome da Conta	31/12/2014	31/12/2015
Contas a Receber de Clientes	5.600	9.600
Estoques	6.600	9.800
Fornecedores a pagar	6.600	8.540
Imposto de Renda a pagar	-	780

Sabendo que as despesas financeiras contabilizadas no resultado de 2015 não foram pagas, o valor correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais gerado pela empresa no ano de 2015 foi, em reais,

- (A) 3.460 (negativo).
- (B) 1.060 (negativo).
- (C) 2.420.
- (D) 2.020.
- (E) 2.460 (negativo).

46. Uma empresa adota o método da média ponderada móvel para avaliação do estoque do único produto que comercializa e não incide qualquer tributo na compra e na venda. Em 02/01/2016, o estoque era composto de 400 unidades registradas pelo valor de R\$ 400.000,00. As transações relacionadas com a compra e venda do produto no ano de 2016 são apresentadas abaixo, em ordem cronológica:

Mês	Transação
Fevereiro	Compra de 200 unidades ao preço unitário de R\$ 900,00.
Março	Devolução de 30 unidades da compra realizada no mês de fevereiro, por defeitos identificados após a conferência pelo setor de compras.
Abril	Obtenção de abatimento no valor de R\$ 5.800,00 sobre as unidades remanescentes da compra realizada no mês de fevereiro.
Agosto	Compra de 100 unidades ao preço unitário de R\$ 1.094,00.
Outubro	Venda de 90% das unidades disponíveis no estoque nesta data pelo preço unitário de R\$ 1.000,00.
Novembro	Pagamento de frete no valor de R\$ 800,00 referente à venda realizada em outubro.
Dezembro	Identificação e pagamento de frete no valor de R\$ 670,00 da compra realizada em agosto.

O saldo da conta de estoque evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foi, em reais,

- (A) 66.240,00.
- (B) 65.660,00.
- (C) 66.910,00.
- (D) 66.330,00.
- (E) 67.130,00

**Contabilidade Pública**

47. Em dezembro de 2016, uma determinada entidade pública decidiu adotar o modelo de reavaliação, pela primeira vez, para uma classe de ativo intangível. No momento da reavaliação, constatou-se que o valor bruto contábil de um dos ativos que estava sendo reavaliado era R\$ 736.000,00 e a amortização acumulada total referente a tal ativo era R\$ 245.000,00. Após análise, verificou-se que o valor reavaliado desse ativo intangível era R\$ 410.000,00. Assim sendo, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e sabendo que a entidade não tem um sistema de controle patrimonial adaptado para o registro da reserva de reavaliação, para o registro contábil da reavaliação na data em que esta foi realizada, foi necessário um
- (A) crédito de R\$ 81.000,00 na conta de amortização acumulada no ativo e um débito de R\$ 81.000,00 no resultado do período.
 - (B) crédito de R\$ 81.000,00 na conta de amortização acumulada no ativo e um débito de R\$ 81.000,00 no patrimônio líquido.
 - (C) crédito de R\$ 81.000,00 na conta de reavaliação no ativo e um débito de R\$ 81.000,00 no patrimônio líquido.
 - (D) débito de R\$ 245.000,00 na conta de amortização acumulada no ativo e um débito de R\$ 81.000,00 no resultado do período.
 - (E) débito de R\$ 245.000,00 na conta de amortização acumulada no ativo e um débito de R\$ 245.000,00 no patrimônio líquido.
-
48. Determinada entidade pública apresentou em 31/12/2016 o valor total de R\$ 905.000,00 registrado na conta contábil 4.5.1.1.2.03.00. Assim, o código de tal conta contábil indica que o saldo desta
- (A) foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente, sendo que tal conta pertence à classe da natureza de informação orçamentária do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (B) foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente, sendo que tal conta pertence à classe da natureza de informação patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (C) foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente, sendo que tal conta pertence à classe da natureza de informação de resultado do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (D) não foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), sendo que tal conta pertence à classe da natureza de informação patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (E) não foi excluído nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), sendo que tal conta pertence à classe da natureza de informação de resultado do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
-
49. Em uma situação hipotética, no exercício financeiro de 2016, uma entidade pública recebeu uma transferência intragovernamental no valor de R\$ 600.000,00 para cobrir despesas correntes. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 31/12/2016, tal transferência foi classificada na Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade pública como ingresso nos fluxos de caixa das atividades
- (A) de investimento e foi evidenciada no Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas que compõe a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
 - (B) de financiamento e foi evidenciada no Quadro de Receitas Derivadas e Originárias que compõe a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
 - (C) de financiamento e foi evidenciada no Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas que compõe a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
 - (D) operacionais e foi evidenciada no Quadro de Receitas Derivadas e Originárias que compõe a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
 - (E) operacionais e foi evidenciada no Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas que compõe a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
-
50. Em 08/08/2016, um processo judicial foi instaurado contra determinada entidade pública, sendo que o departamento jurídico classificou como provável a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, cujo valor foi estimado em R\$ 80.000,00. Em 16/05/2017, após decisão judicial referente ao processo instaurado em 08/08/2016, tal entidade pública ficou obrigada a liquidar a obrigação em 22/09/2017, entretanto, o valor total a ser pago foi fixado em R\$ 70.000,00. Assim, em 16/05/2017, a decisão judicial provocou
- (A) uma redução no passivo financeiro da entidade pública, no valor de R\$ 10.000,00, e deu origem a uma variação patrimonial aumentativa neste mesmo valor.
 - (B) uma redução no passivo permanente da entidade pública, no valor de R\$ 10.000,00, e deu origem a uma variação patrimonial aumentativa neste mesmo valor.
 - (C) um aumento no passivo financeiro da entidade pública, no valor de R\$ 70.000,00, e deu origem a uma variação patrimonial diminutiva neste mesmo valor.
 - (D) um aumento no passivo financeiro da entidade pública, no valor de R\$ 80.000,00, e deu origem a uma variação patrimonial diminutiva neste mesmo valor.
 - (E) um aumento no passivo permanente da entidade pública, no valor de R\$ 70.000,00, e deu origem a uma variação patrimonial diminutiva neste mesmo valor.



51. Após análise realizada pelo contador de uma entidade pública, concluiu-se que a base de mensuração que reflete de modo mais adequado o valor de um determinado ativo implica a mensuração do bem a valor de saída. Tal base, independente da técnica de atribuição de valor escolhida, fornece um valor não observável em mercado aberto, ativo e organizado. Além disso, a base de mensuração se caracteriza como uma medida específica para tal entidade pública. Assim sendo, de acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, uma possível base de mensuração para o ativo corresponde ao
- (A) custo histórico.
 - (B) custo de reposição.
 - (C) valor em uso.
 - (D) valor de mercado.
 - (E) preço líquido de venda.

Atenção: Para responder às questões de números 52 a 54, considere as informações abaixo.

Em 01/12/2015, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública empenhou despesas no valor total de R\$ 70.000,00 referentes à aquisição de um *software*, não integrante de *hardware*, para o uso interno por tempo indefinido por tal entidade. Em 29/12/2015, o *software* foi disponibilizado pelo fornecedor e a entidade começou a utilizá-lo, sendo que, nesta mesma data, os seguintes valores foram observados referentes à aquisição:

- Preço de compra do *software*: R\$ 66.000,00.
- Desconto obtido na compra do *software*: R\$ 2.000,00.
- Custos com testes para a verificação se o *software* estava funcionando adequadamente: R\$ 4.000,00.

A liquidação das despesas aconteceu em 04/01/2016 e, em 01/02/2016, o valor total devido foi pago.

Em 01/03/2016, o *software* foi transferido para um novo local de uso, com gastos de transferência no valor de R\$ 4.800,00 e, nesta mesma data, foi estabelecido o compromisso para a venda de tal *software* pelo valor total de R\$ 20.000,00 a ser concretizada em 29/02/2020. O compromisso para a venda do *software* foi estabelecido por meio de acordo contratual, sendo que a entidade não possui a possibilidade de não vender o *software*. Além disso, a entidade pretende utilizar o ativo até a data da venda, 29/02/2020. Sabe-se que nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida para o *software*.

52. Com base nessas informações e de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o reconhecimento inicial do *software* no Balanço Patrimonial da entidade foi realizado em
- (A) 01/12/2015, pelo valor total de R\$ 70.000,00.
 - (B) 29/12/2015, pelo valor total de R\$ 66.000,00.
 - (C) 29/12/2015, pelo valor total de R\$ 68.000,00.
 - (D) 04/01/2016, pelo valor total de R\$ 68.000,00.
 - (E) 04/01/2016, pelo valor total de R\$ 70.000,00.

53. Com base nessas informações e de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a redução no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2016 foi, em reais,
- (A) 10.000,00.
 - (B) 18.550,00.
 - (C) 14.750,00.
 - (D) 14.800,00.
 - (E) 11.000,00.

54. O valor de R\$ 70.000,00, empenhado pelo ordenador de despesa de tal entidade pública em 01/12/2015, foi registrado, de acordo com a tabela de eventos para o registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, com o uso da classe dos eventos
- (A) 40.X.XXX e com o uso de conta do grupo 2 da classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (B) 20.X.XXX e com o uso de conta do grupo 2 da classe 5 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (C) 20.X.XXX e com o uso de conta do grupo 1 da classe 7 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (D) 40.X.XXX e com o uso de conta do grupo 1 da classe 7 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (E) 51.X.XXX e com o uso de conta do grupo 1 da classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.



Atenção: Para responder às questões de números 55 e 56, considere as informações abaixo.

As seguintes informações foram extraídas do Balanço Orçamentário de uma determinada entidade pública referente ao exercício financeiro de 2016, em reais:

– Arrecadação de taxas referentes às custas judiciais.....	1.900.000,00
– Créditos adicionais abertos com superávit financeiro	60.000,00
– Dotação inicial de despesas com pessoal e encargos sociais	1.000.000,00
– Dotação atualizada de despesas com pessoal e encargos sociais.....	1.050.000,00
– Despesa empenhada com pessoal e encargos sociais.....	650.000,00
– Despesa liquidada com pessoal e encargos sociais	650.000,00
– Despesa paga com pessoal e encargos sociais.....	550.000,00
– Dotação inicial de despesas com investimentos	500.000,00
– Dotação atualizada de despesas com investimentos.....	510.000,00
– Despesa empenhada com investimentos.....	470.000,00
– Despesa liquidada com investimentos	460.000,00
– Despesa paga com investimentos.....	350.000,00

Além disso, as seguintes transações ocorreram no exercício financeiro de 2016:

- Recebimento de repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 200.000,00.
- Recebimento de caução depositada como garantia de contratos firmados no valor de R\$ 40.000,00.
- Recebimento em doação de bens móveis no valor de R\$ 80.000,00.
- Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2015 no valor de R\$ 90.000,00.
- Pagamento de restos a pagar não processados inscritos em 31/12/2015 no valor de R\$ 50.000,00.
- Baixa de material de consumo por obsolescência no valor de R\$ 10.000,00.
- Devolução parcial de caução recebida como garantia de contratos firmados no valor de R\$ 15.000,00.

Informação complementar:

O saldo em espécie do exercício anterior era R\$ 30.000,00.

55. Com base nessas informações e de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o saldo em espécie para o exercício seguinte de tal entidade pública foi, em reais,

- (A) 1.090.000,00.
- (B) 1.175.000,00.
- (C) 1.185.000,00.
- (D) 895.000,00.
- (E) 1.115.000,00.

56. De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a caução recebida no valor de R\$ 40.000,00 como garantia de contratos firmados corresponde a

- (A) uma receita extraorçamentária.
- (B) uma receita orçamentária.
- (C) um ativo permanente.
- (D) uma receita com contraprestação.
- (E) uma receita sem contraprestação.

Noções de Auditoria Governamental

57. A NBC PI 01 determina que o contador, na função de auditor interno, deve manter o seu nível de competência profissional pelo conhecimento atualizado das Normas Brasileiras de Contabilidade, das técnicas contábeis, especialmente na área de auditoria, da legislação inerente à profissão, dos conceitos e técnicas administrativas e da legislação aplicável à entidade. Todavia, essa mesma norma estabelece que a amplitude do trabalho do auditor interno e sua responsabilidade estão limitadas

- (A) à sua equipe de auditoria.
- (B) à complexidade dos dados contábeis.
- (C) à sua área de atuação.
- (D) à finalidade social da entidade auditada.
- (E) ao relacionamento com os profissionais de outras áreas.



58. Evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia sua opinião, devendo ser suficiente, que é a medida da quantidade dessas evidências. Nos termos da NBC TA 200, essa quantidade pode ser afetada
- (A) pela avaliação do auditor dos riscos de distorção.
 - (B) pela complexidade dos riscos de auditoria.
 - (C) pelo percentual dos riscos de detecção.
 - (D) pela estrutura das demonstrações contábeis.
 - (E) pelo histórico da informação contábil.
-
59. Um auditor independente, durante os trabalhos de auditoria, julgou necessário NÃO atender um requisito relevante de uma norma. Nesse caso, nos termos da NBC TA 230, ele deve
- (A) trancar a auditoria e refazer o planejamento.
 - (B) justificar ao auditado a opção do não atendimento.
 - (C) reorganizar a extensão dos procedimentos de auditoria executados.
 - (D) reavaliar os resultados dos procedimentos de auditoria executados.
 - (E) documentar como os procedimentos alternativos executados cumprem a finalidade do requisito não atendido.
-
60. A NBC TA 240 dita que o auditor deve aceitar os registros e documentos como legítimos, a não ser que existam razões para crer o contrário. A postura do auditor para reconhecer a possibilidade de existir uma distorção relevante decorrente de fraude é denominada
- (A) função investigatória.
 - (B) ceticismo profissional.
 - (C) responsabilidade profissional.
 - (D) observação de fatores de risco.
 - (E) formação de opinião.
-
61. Considere:
- I. abordagem sobre a extensão dos trabalhos.
 - II. alcance ilimitado dos procedimentos de auditoria.
 - III. relatório parcial no caso de irregularidades que necessitam providências imediatas.
 - IV. imparcialidade.
 - V. confidencialidade do seu conteúdo.
- Nos termos da NBC TI 01, é característica do relatório de auditoria o que consta APENAS em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II, III e V.
 - (C) I, II, IV e V.
 - (D) I, III, IV e V.
 - (E) II, III, IV e V.
-

Administração Orçamentária e Financeira

62. O relatório de gestão referente ao exercício financeiro de 2016 de uma determinada entidade pública indica que o valor de R\$ 1.350.000,00, classificado no grupo de natureza da despesa 4, teve a execução da dotação orçamentária efetuada por descentralização de créditos por meio de provisão concedida. Assim, a descentralização de crédito orçamentário no valor de R\$ 1.350.000,00, do grupo de natureza da despesa
- (A) outras despesas correntes, foi executada entre unidades gestoras integrantes de diferentes órgãos.
 - (B) investimentos, foi executada entre unidades gestoras do mesmo órgão.
 - (C) investimentos, foi executada entre unidades gestoras integrantes de diferentes órgãos.
 - (D) inversões financeiras, foi executada entre unidades gestoras do mesmo órgão.
 - (E) inversões financeiras, foi executada entre unidades gestoras integrantes de diferentes órgãos.
-



63. Em janeiro de 2016, determinada entidade pública contratou serviços de terceiros – pessoa jurídica, com vigência contratual até 30/11/2016, para ampliação do estacionamento localizado no edifício-sede de tal entidade, sendo que a ampliação aumentou os benefícios econômicos do ativo. Ao término do mês de novembro de 2016, verificou-se que a ampliação não tinha sido concluída e, em conformidade com as regras contratuais, o prestador de serviços finalizou a ampliação do estacionamento em dezembro de 2016. Em 31/12/2016, o valor devido ao credor, referente aos serviços prestados em dezembro de 2016, foi classificado como Restos a Pagar não Processados em Liquidação, mas, em seguida, teve a sua inscrição cancelada pelo ordenador de despesa. Em janeiro de 2017, um novo empenho foi emitido para o pagamento referente ao serviço prestado em dezembro de 2016, cuja despesa deve ser classificada no elemento de despesa
- (A) 39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, sendo que o aumento do ativo referente à ampliação do estacionamento foi reconhecido no Balanço Patrimonial da entidade pública em dezembro de 2016.
- (B) 39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, sendo que o aumento do ativo referente à ampliação do estacionamento foi reconhecido no Balanço Patrimonial da entidade pública em janeiro de 2017.
- (C) 51 – Obras e Instalações, sendo que o aumento do ativo referente à ampliação do estacionamento foi reconhecido no Balanço Patrimonial da entidade pública em janeiro de 2017.
- (D) 92 – Despesa de Exercícios Anteriores, sendo que o aumento do ativo referente à ampliação do estacionamento foi reconhecido no Balanço Patrimonial da entidade pública em dezembro de 2016.
- (E) 92 – Despesa de Exercícios Anteriores, sendo que o aumento do ativo referente à ampliação do estacionamento foi reconhecido no Balanço Patrimonial da entidade pública em janeiro de 2017.
-
64. Um suprimento de fundos foi concedido a um servidor de determinada entidade pública, sendo que o empenho, a liquidação e o pagamento ao suprido foram realizados no mês de março de 2017. Porém, em decorrência de imprevistos que ocasionaram a não utilização do valor total concedido, tal servidor da entidade procedeu à devolução total do valor em 19/04/2017. Assim, em 19/04/2017, o registro contábil da devolução do valor concedido por meio do suprimento de fundos originou um
- (A) crédito no ativo financeiro.
- (B) crédito no resultado patrimonial.
- (C) crédito no ativo permanente.
- (D) débito no resultado patrimonial.
- (E) débito no ativo permanente.

Atenção: Para responder às questões de números 65 e 66, considere as informações abaixo.

As seguintes informações foram extraídas do sistema de contabilidade de uma determinada entidade pública referentes a operações ocorridas no mês de novembro de 2016:

- Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 30.000,00. O material adquirido foi entregue e a despesa liquidada em 21/12/2016. O valor total da despesa empenhada foi pago em 10/01/2017.
 - Empenho de despesa referente à aquisição de um prédio no valor de R\$ 3.000.000,00, cuja despesa pelo valor total empenhado foi liquidada e paga em 23/12/2016. O prédio pertencia a terceiros, mas já era utilizado como sede de tal entidade desde 2013.
 - Pagamento de despesa referente à aquisição de um terreno onde será construído o estacionamento do edifício-sede de tal entidade pública no valor de R\$ 500.000,00.
 - Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo no valor de R\$ 70.000,00. O veículo foi entregue e a despesa liquidada em 13/01/2017. O valor total empenhado foi pago em 20/01/2017.
 - Liquidação de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física no valor de R\$ 3.500,00, cujo pagamento ocorreu em 16/01/2017.
 - Empenho de despesa referente a horas extras realizadas por servidores de tal entidade pública no valor de R\$ 5.000,00, cuja liquidação ocorreu em 12/12/2016 e pagamento em 23/01/2017.
 - Pagamento de despesa referente aos proventos da aposentaria dos servidores de tal entidade pública no valor de R\$ 50.000,00.
65. Com base nessas informações tomadas em conjunto, as despesas orçamentárias totais com pessoal e encargos sociais e investimentos que impactaram o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, de tal entidade pública no mês de novembro de 2016 foram, respectivamente, em reais,
- (A) 5.000,00 e 70.000,00.
- (B) 5.000,00 e 3.070.000,00.
- (C) 58.500,00 e 3.570.000,00.
- (D) 58.500,00 e 570.000,00.
- (E) 55.000,00 e 3.070.000,00.



66. Com base nessas informações tomadas em conjunto, os restos a pagar processados e não processados de tal entidade pública inscritos em 31/12/2016 foram, respectivamente, em reais,
- (A) 108.500,00 e 38.500,00.
 - (B) 70.000,00 e 38.500,00.
 - (C) 75.000,00 e 108.500,00.
 - (D) 108.500,00 e 75.000,00.
 - (E) 38.500,00 e 70.000,00.

Matemática Financeira

67. Um empréstimo foi obtido para ser liquidado em 10 parcelas mensais de R\$ 2.000,00, vencendo-se a primeira parcela um mês após a data da obtenção. A taxa de juros negociada com a instituição financeira foi 2% ao mês no regime de capitalização composta. Se, após o pagamento da oitava parcela, o devedor decidir liquidar o saldo devedor do empréstimo nesta mesma data, o valor que deverá ser pago, desprezando-se os centavos, é, em reais,
- (A) 3.846,00.
 - (B) 3.883,00.
 - (C) 3.840,00.
 - (D) 3.880,00.
 - (E) 3.845,00.
68. Um investidor aplicou R\$ 10.000,00 em títulos que remuneram à taxa de juros compostos de 10% ao ano e o prazo para resgate da aplicação foi de 2 anos. Sabendo-se que a inflação no prazo total da aplicação foi 15%, a taxa real de remuneração obtida pelo investidor no prazo total da aplicação foi
- (A) 5,00%.
 - (B) 6,00%.
 - (C) 5,22%.
 - (D) 5,00% (negativo).
 - (E) 4,55%.
69. Uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 para ser liquidado em uma única parcela no final do prazo de 2 meses. A taxa de juros compostos negociada foi 3% ao mês e a empresa deve pagar, adicionalmente, na data da obtenção do empréstimo, uma taxa de cadastro no valor de R\$ 1.000,00. Na data do vencimento do empréstimo a empresa deve pagar, junto com o valor que pagará à instituição financeira, um imposto no valor de R\$ 530,00. O custo efetivo total para a empresa no prazo do empréstimo, foi
- (A) 7,70%.
 - (B) 6,09%.
 - (C) 7,62%.
 - (D) 6,00%.
 - (E) 7,16%.

70. Uma pessoa tem uma dívida a ser cumprida que é composta das seguintes parcelas:

- Uma parcela de R\$ 2.000,00 que vence daqui a um mês.
- Uma parcela de R\$ 3.000,00 que vence daqui a 2 meses.
- Uma parcela de R\$ 4.000,00 que vence daqui a 3 meses.

A taxa de juros compostos que está sendo cobrada é 4% ao mês. Se a pessoa decidir liquidar integralmente o empréstimo na data de vencimento da parcela de R\$ 2.000,00, o valor total que deve ser pago nesta data, desprezando-se os centavos, é em reais,

- (A) 8.583,00.
- (B) 8.001,00.
- (C) 8.560,00.
- (D) 8.588,00.
- (E) 8.253,00.



DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: 10.6. A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta). 10.7. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho no Estudo de Caso, a que se refere este Capítulo, os candidatos deverão valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.7.1. A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 10.8. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 10.8.1. apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado; 10.8.2. apresentar textos na forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; 10.8.3. for assinada fora do local apropriado; 10.8.4. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 10.8.5. estiver em branco; 10.8.6. apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.9. A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 10.10. Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites de número de linha estabelecidos, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 10.12. A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da Prova Discursiva-Estudo de Caso.

QUESTÃO 1

O gestor de uma entidade pública solicitou o auxílio de um Analista Judiciário para identificar o impacto das transações realizadas em 31/12/2016, nas Demonstrações Contábeis da entidade referentes ao exercício financeiro de 2016, a saber:

- I. Ajuste para perdas dos estoques de material de consumo no valor de R\$ 300.000,00.
- II. Reconhecimento da amortização mensal de um *software* no valor de R\$ 130.000,00.
- III. Pagamento a fornecedores de material de consumo no valor de R\$ 25.000,00 referente a despesas orçamentárias empenhadas e liquidadas no exercício financeiro de 2015.
- IV. Alienação de um veículo por R\$ 36.000,00 à vista, cujos saldos de 31/12/2016 extraídos da contabilidade eram:
 - Custo de Aquisição: R\$ 69.000,00
 - Depreciação Acumulada: R\$ 22.000,00
 - Perdas por Redução ao Valor Recuperável: R\$ 7.000,00
- V. Empenho e liquidação da despesa com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 15.000,00 referente à manutenção da rede hidráulica.

Com a finalidade de atender à solicitação do gestor, pede-se:

- a. Determine o valor do impacto de cada uma das cinco transações no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2016, conforme Lei nº 4.320/1964. Explícite a linha de raciocínio empregada.
- b. Determine o valor do impacto de cada uma das cinco transações no resultado patrimonial do exercício financeiro de 2016. Explícite a linha de raciocínio empregada.
- c. Indique, detalhadamente, como a transação III é evidenciada no Balanço Financeiro referente ao exercício financeiro de 2016.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

RA S U N H O